



Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias 2021

Legislativo

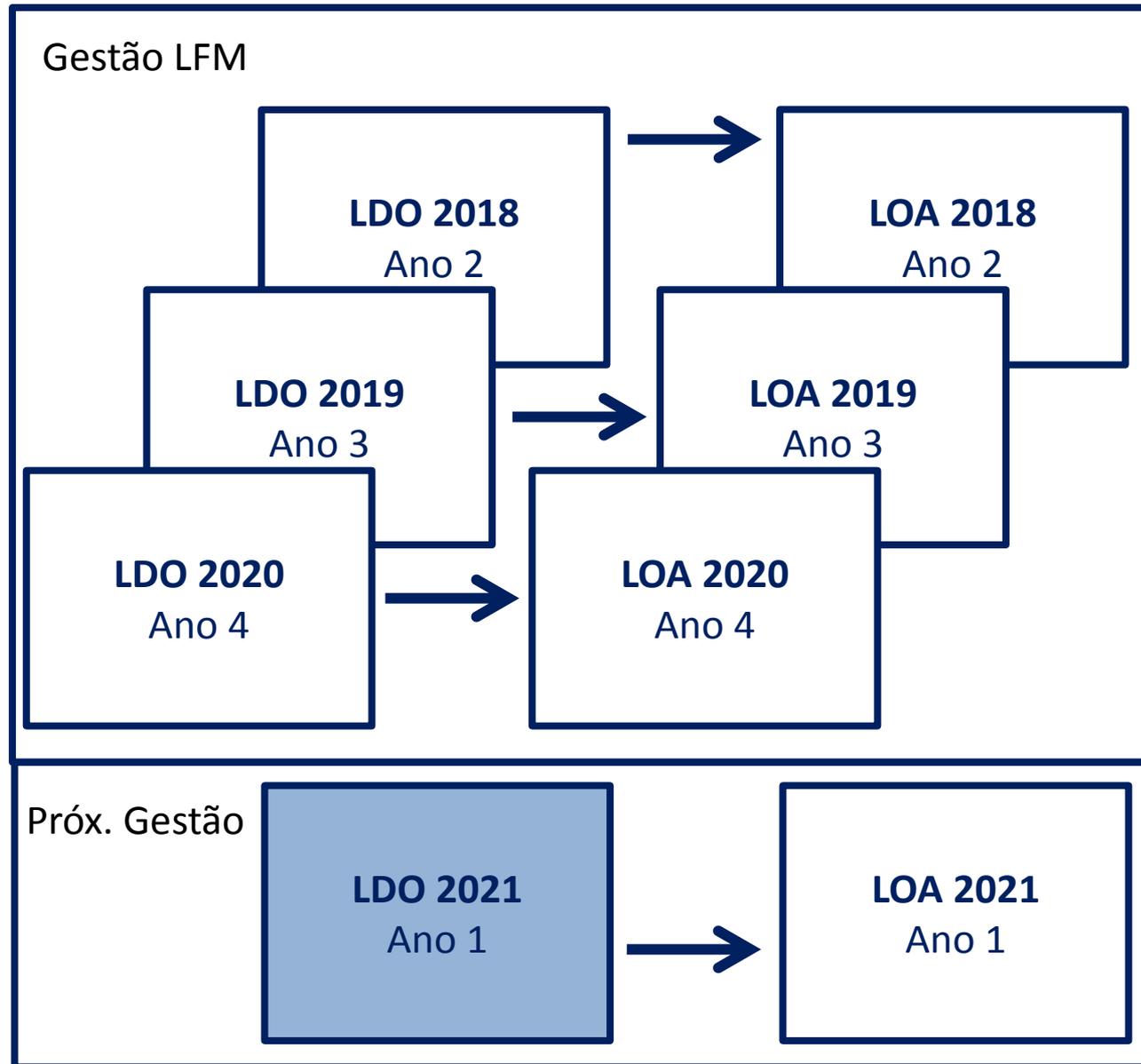
Legislação e Conceitos

Base Legal e definições.



Sistema de Planejamento Orçamentário Brasileiro

PPA
Plano Plurianual
4 anos
2018-2021



O que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as metas e as prioridades para o próximo exercício fiscal bem como a política de aplicação dos recursos.

Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual com o Plano Plurianual.

Após sua elaboração, é encaminhada para aprovação da Câmara Municipal de Vereadores.

Base Legal

- Constituição Federal;
- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Orgânica do Município de Jundiaí;
- Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Prazo de Entrega ao Legislativo

- Constituição Federal 15/04;
- Constituição do Estado de São Paulo 30/04;
- Lei Orgânica Municipal 15/04.

Anexo de Metas e Prioridades (AMP)



Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

- O Anexo de Metas e Prioridades (AMP) tem, em sua essência, o **papel de direcionar**, do universo de **ações programáticas** do PPA 2018-2021 (4 anos), o **conjunto** daquelas ações que, em 2021, **deverá receber especial atenção** quanto à **alocação de recursos** no momento da formulação da **LOA 2021**.
- ❖ Considerando, necessariamente:
 - **Despesas de caráter obrigatório;**
 - **Despesas discricionárias essenciais.**

Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

❖ PPA 2018-2021 ↔ LDO 2021:

- São **367** Ações (projetos, atividades, operação especial) constantes do PPA;
- As Ações têm metas programáticas definidas **para cada ano** (2018-2021) - *(orientação do TCE SP)*;
- Para **uma parcela** dessas ações **não são aplicadas metas** (indicadores de produtos), pois tratam-se de ações em que a despesa tem caráter obrigatório ou essencial.



196 ações contém metas definidas para 2021

Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

196 ações contém metas definidas para 2021

➤ **149** são Atividades

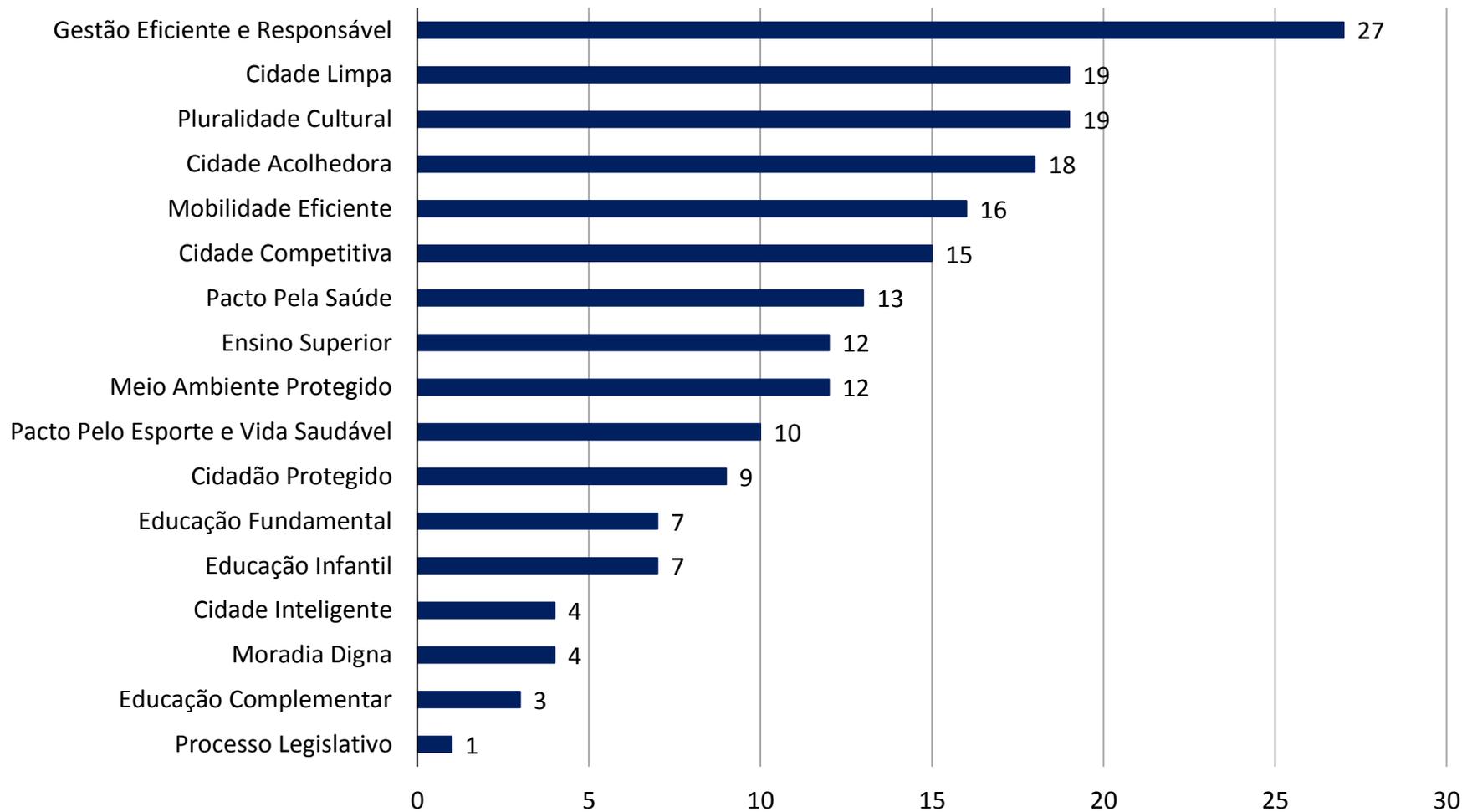
- 51 estão presentes no *Plano de Metas de Governo* (Anexo VI – PPA).

➤ **47** são Projetos

- 14 estão presentes no *Plano de Metas de Governo* (Anexo VI – PPA).

Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

Ações em 2021 por Programa - PPA 2018/2021



Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

Exemplos de Atividades e Projetos

UG	AÇÃO	INDICADOR DE PRODUTO	2019			2020	2021
			META PREVISTA	META REALIZADA	ÍNDICE DE EFICÁCIA (%)	META PREVISTA	META PREVISTA
UGPS	Promoção das ações de assistência farmacêutica	Dispensações realizadas (Un.)	990.000	2.202.654	222,49%	1.089.000	1.197.900
UGPS	Promoção de ações das unidades de atenção especializadas	Consultas médicas realizadas (Un.)	287.800	256.428	89,10%	293.556	299.427
UGE	Acesso a vagas de educação infantil (4 meses a 3 anos) - Creche	Alunos Matriculados (Un.)	3.911	3.579	91,51%	4.411	4.411
UGE	Nutrição Escolar	Alunos atendidos (Un.)	60.504	63.182	104,46%	61.647	62.684
UGSM	Aparelhamento dos profissionais da Guarda Municipal	Profissionais atendidos (Un.)	362	360	99,45%	362	362
UGMT	Subsidio do serviço público de transporte coletivo municipal	Passageiros beneficiados (Un.)	37.451.573	31.729.401	84,72%	38.999.026	40.804.260
UGISP	Manutenção e conservação de praças, parques e jardins	Áreas conservadas e preservadas (m²)	9.600.000	12.003.055	125,03%	9.600.000	9.600.000

Anexo de Metas e Prioridades (AMP)

Monitoramento de Metas Programáticas

- Acompanhar a execução das metas programáticas (Indicadores de Produtos) das Ações do AMP, avaliando eficácia e efetividade;
- Monitoramento por meio do modelo de “Gestão de Projetos”;
- Priorização no desdobramento das Ações constantes do AMP → Conjunto de “Entregas” para 2021.

Metas Fiscais



Diretrizes para 2021

*Exigências, dispositivos obrigatórios,
compatibilidade, indicadores de equilíbrio fiscal e planejamento.*



Metodologia para Elaboração da Peça

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi construída com base nos parâmetros relacionados abaixo:

- Projeção da Inflação para 2021

(momento de preparação do PL) **IPCA 3,5%**

(Fonte: Banco Central do Brasil)

- Média do Crescimento da Receita dos últimos anos;

(Fonte: UGGF/UAF/DO)

- Avaliação do Comportamento da Despesa.

(Fonte: UGGF/UAF/DO)

- Efeito Pandemia não foi considerado por não ser possível estimar os reflexos no momento do PL, correções serão realizadas na preparação do PLOA (Art. 6º PLDO)

Impactos da Pandemia – COVID-19

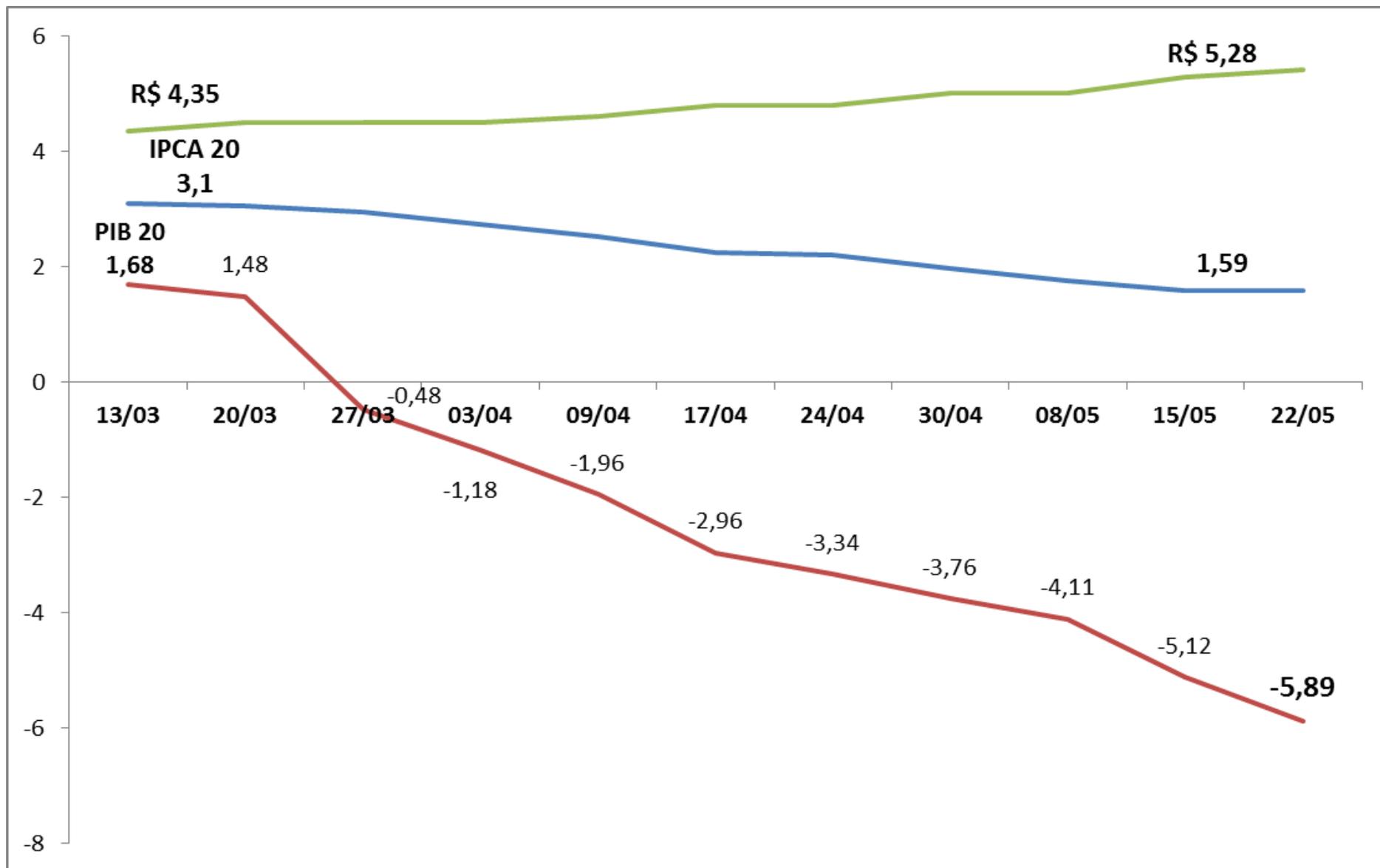
Art. 6º A proposta orçamentária do Município para 2021 será encaminhada ao Poder Legislativo, contendo:

I – mensagem;

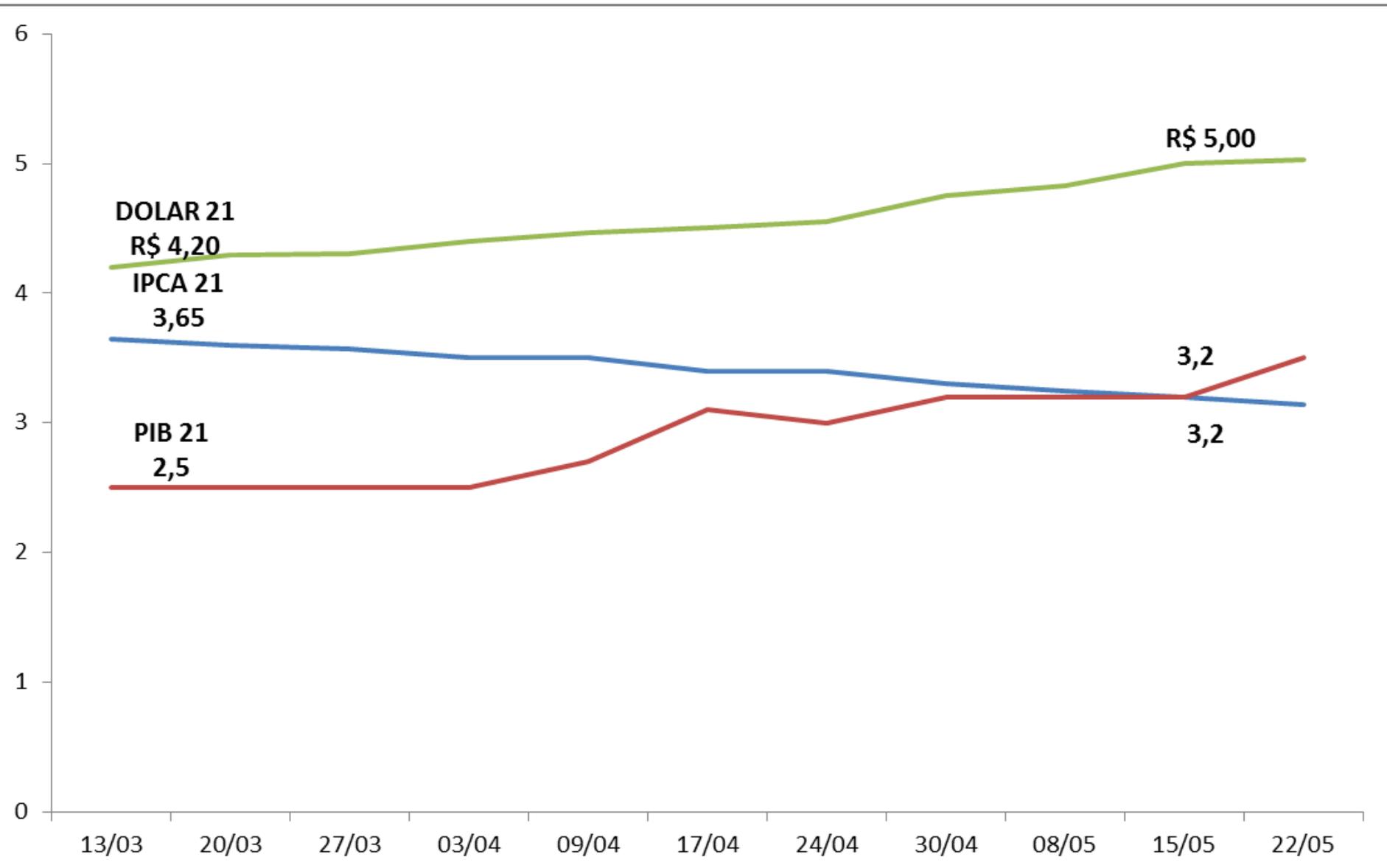
II - projeto de lei orçamentária.

Parágrafo único Excepcionalmente, por razões atreladas às medidas de caráter emergencial decorrentes das ações de atenção à Saúde necessárias ao combate ao surto epidêmico do Coronavírus, poderá ser contemplado na proposta orçamentária, a revisão das metas e demonstrativos referidos nos incisos I, II, IV, VI, X, XI, XII, XIII e XIV do art. 2º desta Lei.

Cenário Econômico para 2020- Relatório Focus (Maio/2020)



Cenário Econômico para 2021- Relatório Focus (Maio/2020)



Metas Fiscais

Receitas



Receitas

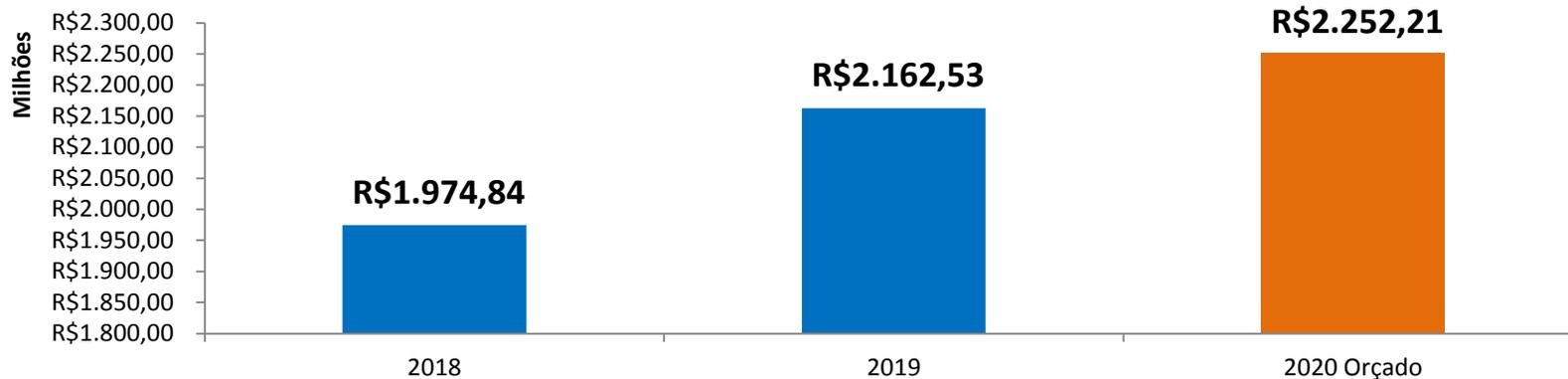
Receitas por Categoria Econômica

Em milhões R\$

Descrição	Valor	%
Correntes	2.367,40	98,86%
Capital	27,25	1,14%
Total	2.394,65	100,00%

Intraorçamentária 209,89

Histórico da Receita



Receitas Correntes e de Capital

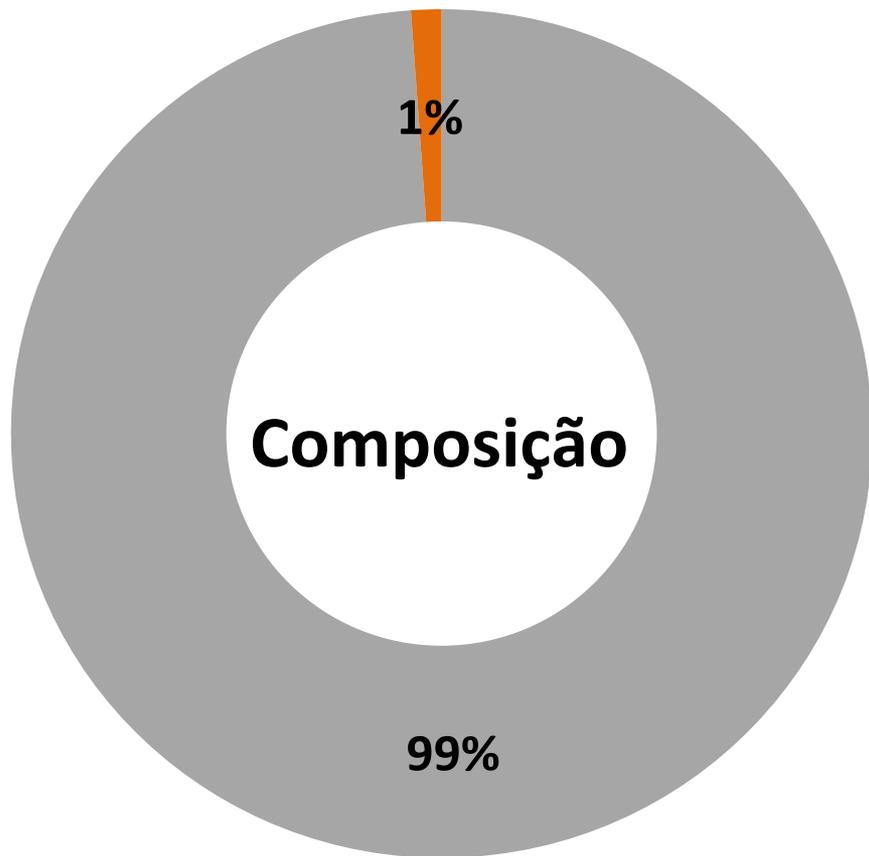
Receitas por Categoria Econômica/Fonte

Em milhões R\$

Descrição	Valor	%
Correntes	2.367,40	100,00%
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	890,89	37,63%
<i>Contribuições</i>	103,00	4,35%
<i>Receita Patrimonial</i>	94,66	4,00%
<i>Transferências Correntes</i>	1.154,23	48,76%
<i>Demais Receitas Correntes</i>	124,61	5,26%
Capital	27,25	100,00%
<i>Operações de Crédito</i>	20,00	73,41%
<i>Transferências de Capital</i>	06,21	22,79%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	01,04	3,80%

Receita - Resumo Gráfico

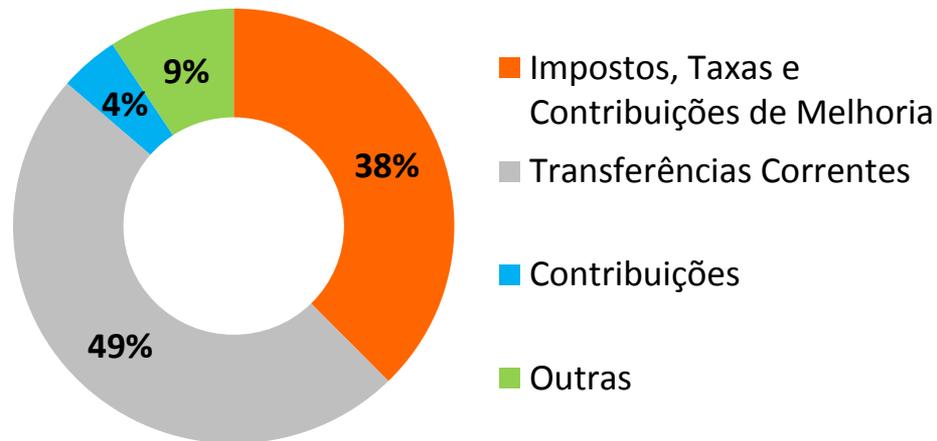
Receita



■ Correntes

■ Capital

Corrente



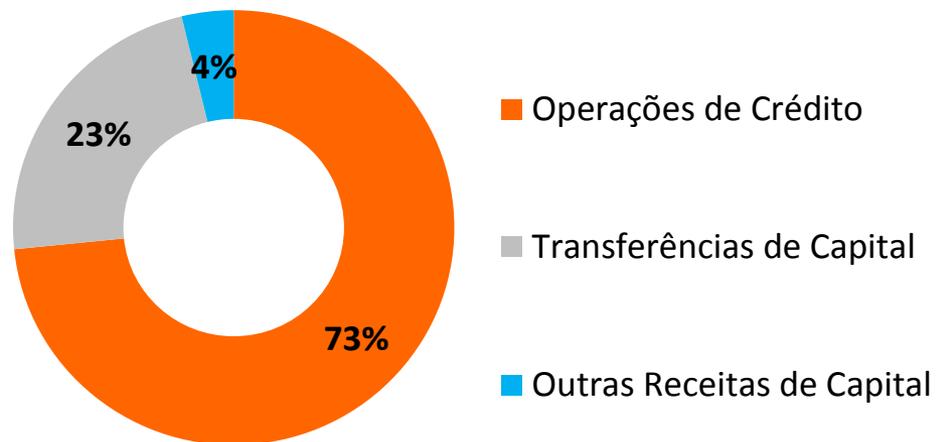
■ Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

■ Transferências Correntes

■ Contribuições

■ Outras

Capital



■ Operações de Crédito

■ Transferências de Capital

■ Outras Receitas de Capital

Principais Receitas

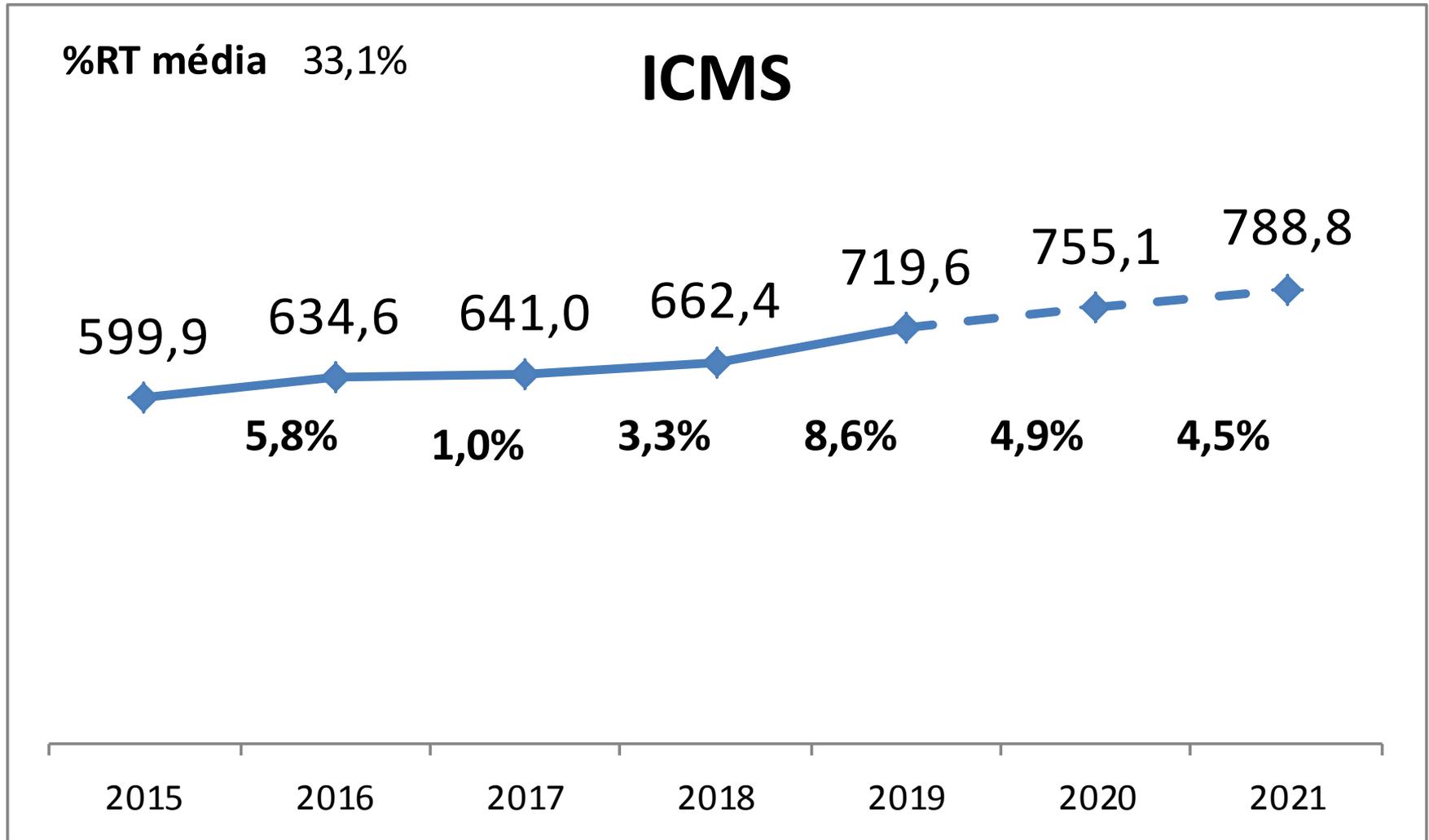
Relação da Projeção das Principais Receitas

Em milhões

Descrição	2021	%
ICMS*	631,04	40,74%
ISSQN	320,48	20,69%
IPTU	198,45	12,81%
FUNDEB	159,78	10,32%
IRRF	125,25	8,09%
IPVA*	113,96	7,36%
Total	1.548,95	100,00%

*Valor Líquido. Já realizada a dedução do FUNDEB.

Receitas – Evolução da Arrecadação

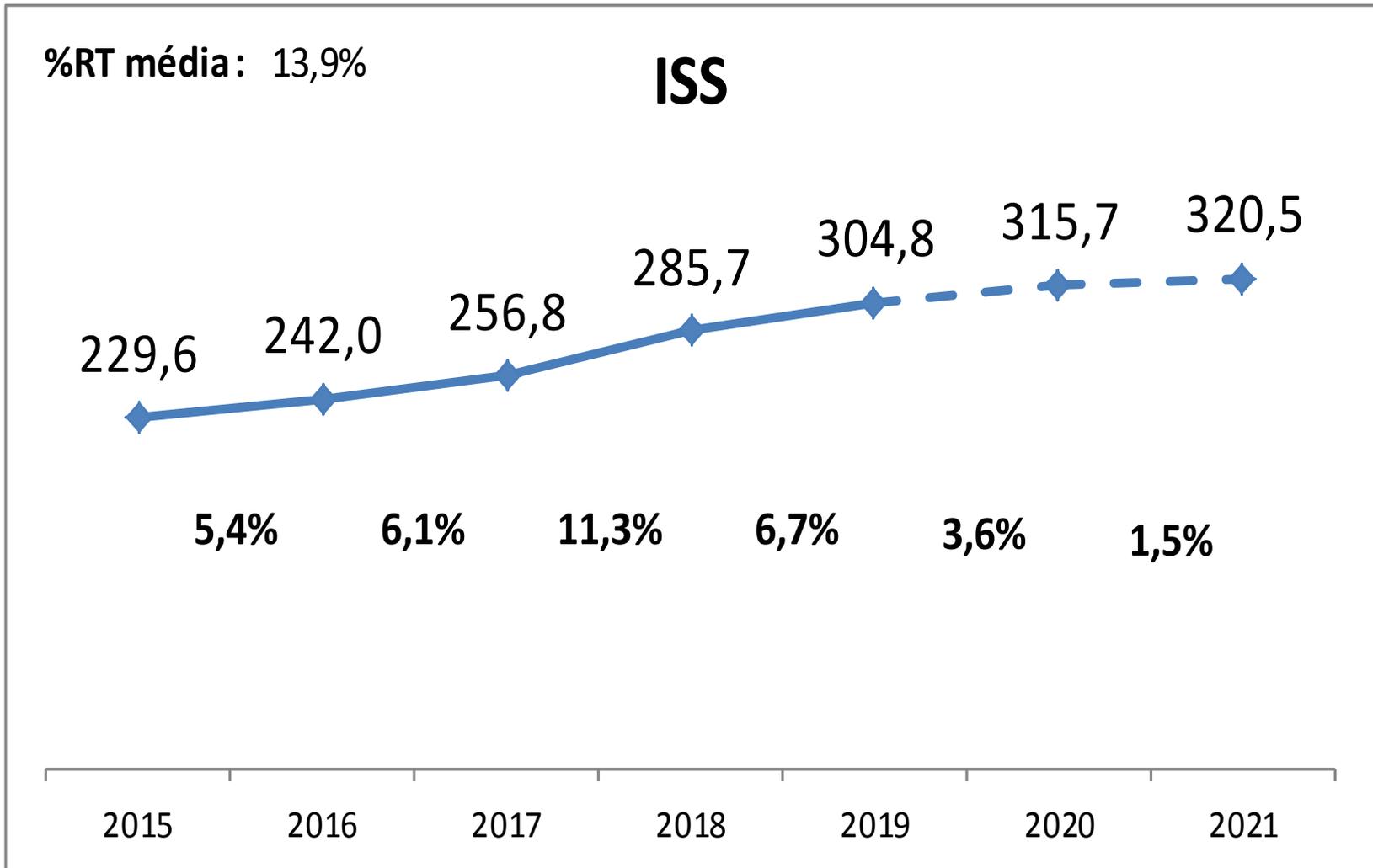


Valor Bruto – sem dedução do FUNDEB

2020: Orçado Ajustado

2021: LDO

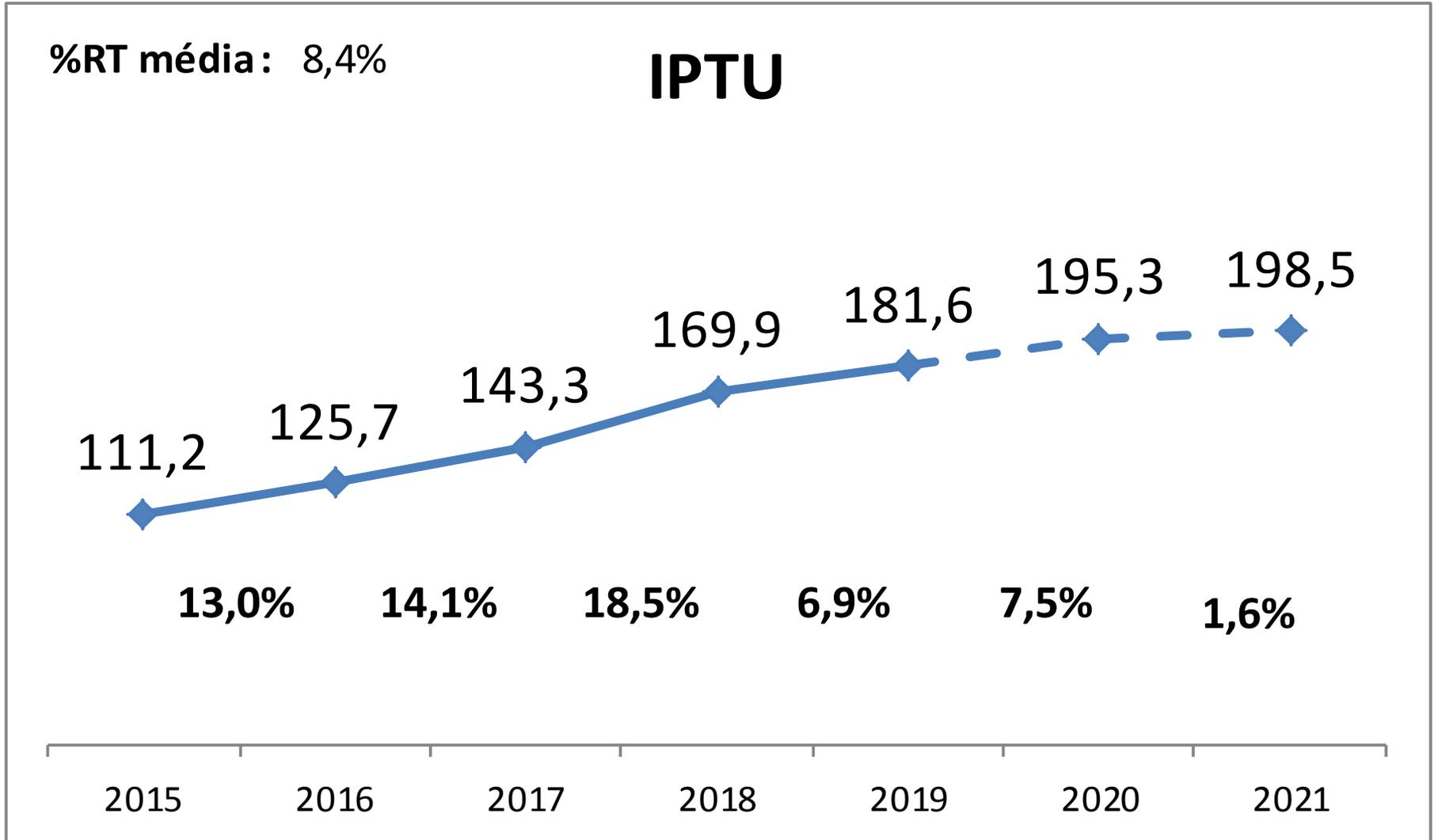
Receitas – Evolução da Arrecadação



2020: Orçado Ajustado

2021: LDO

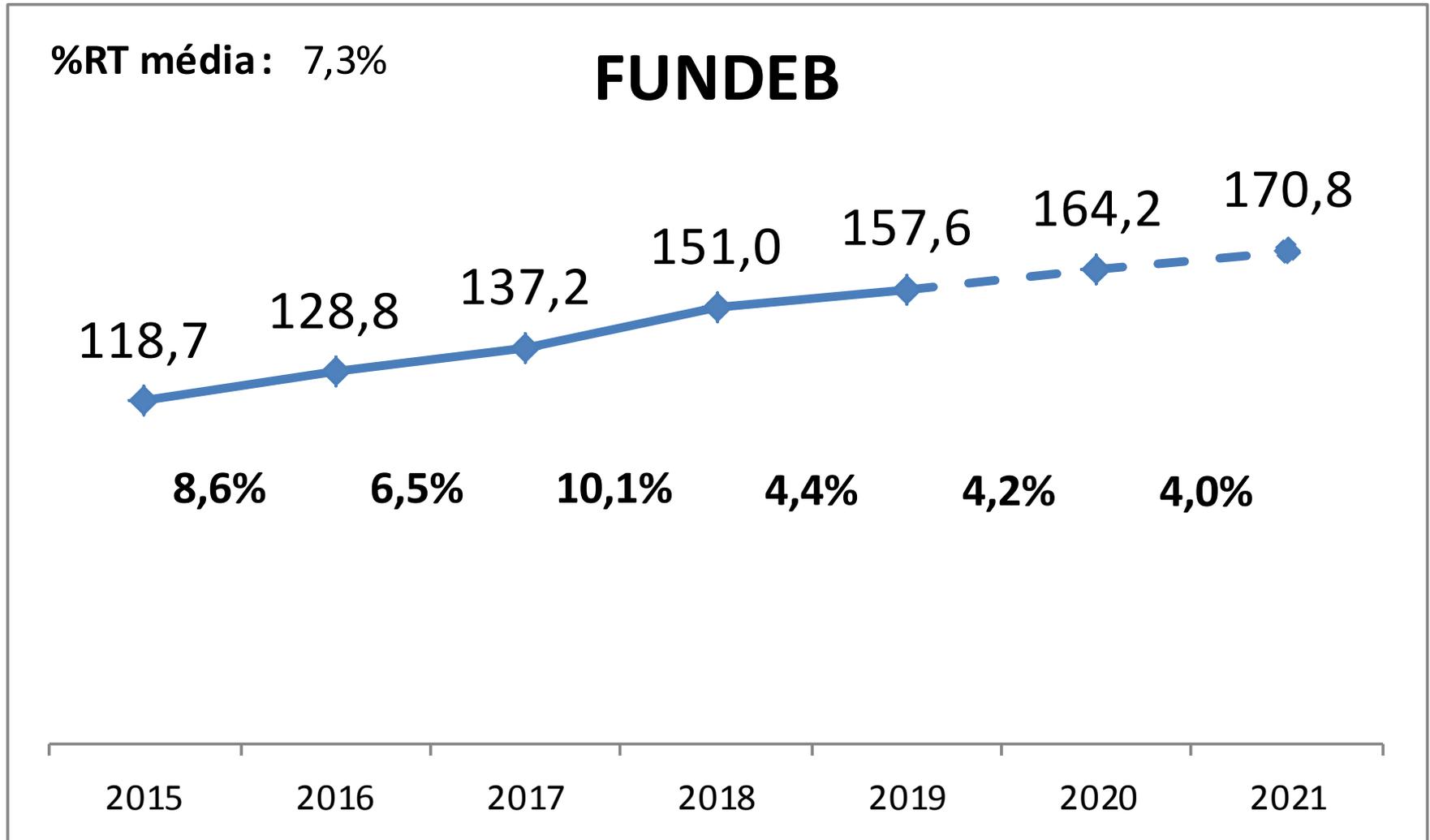
Receitas – Evolução da Arrecadação



2020: Orçado Ajustado

2021: LDO

Receitas – Evolução da Arrecadação



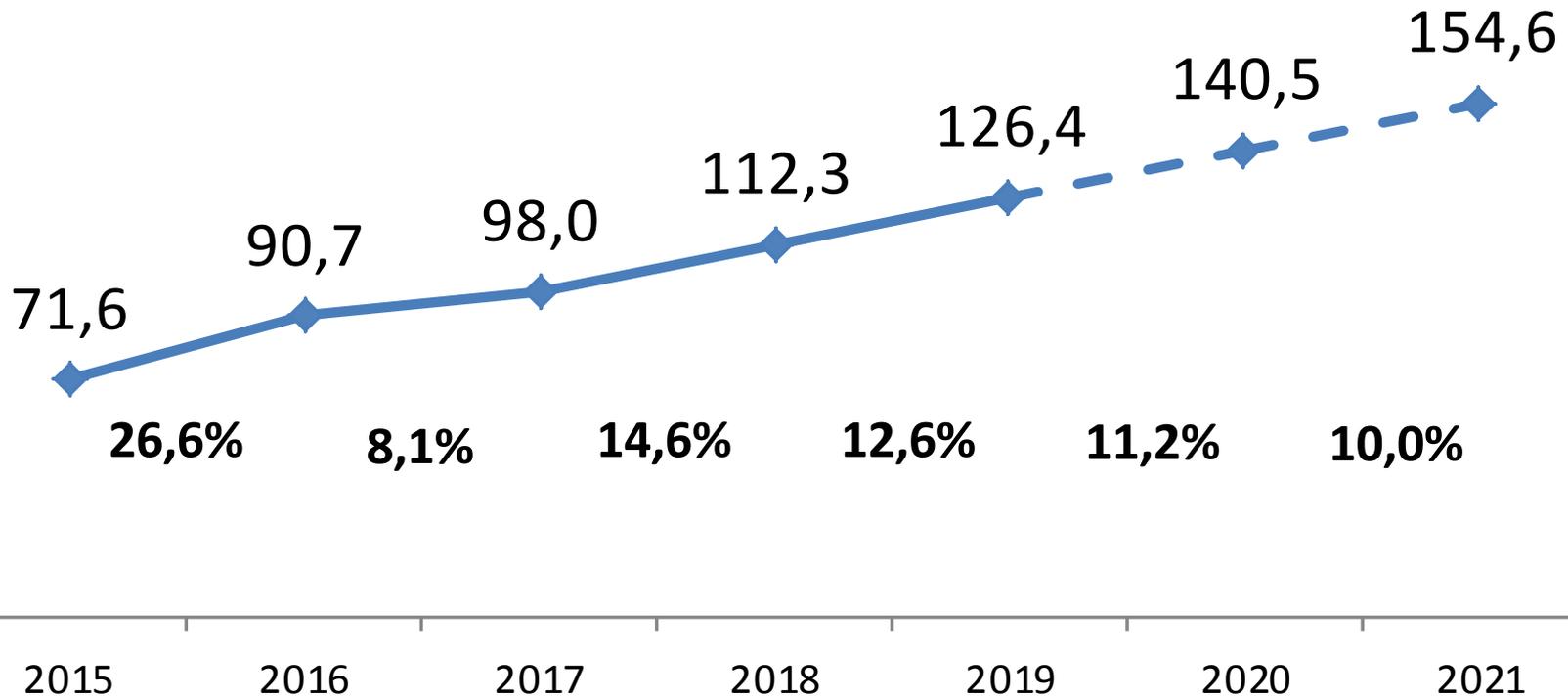
2020: Orçado Ajustado

2021: LDO

Receitas – Evolução da Arrecadação

%RT média: 6,0%

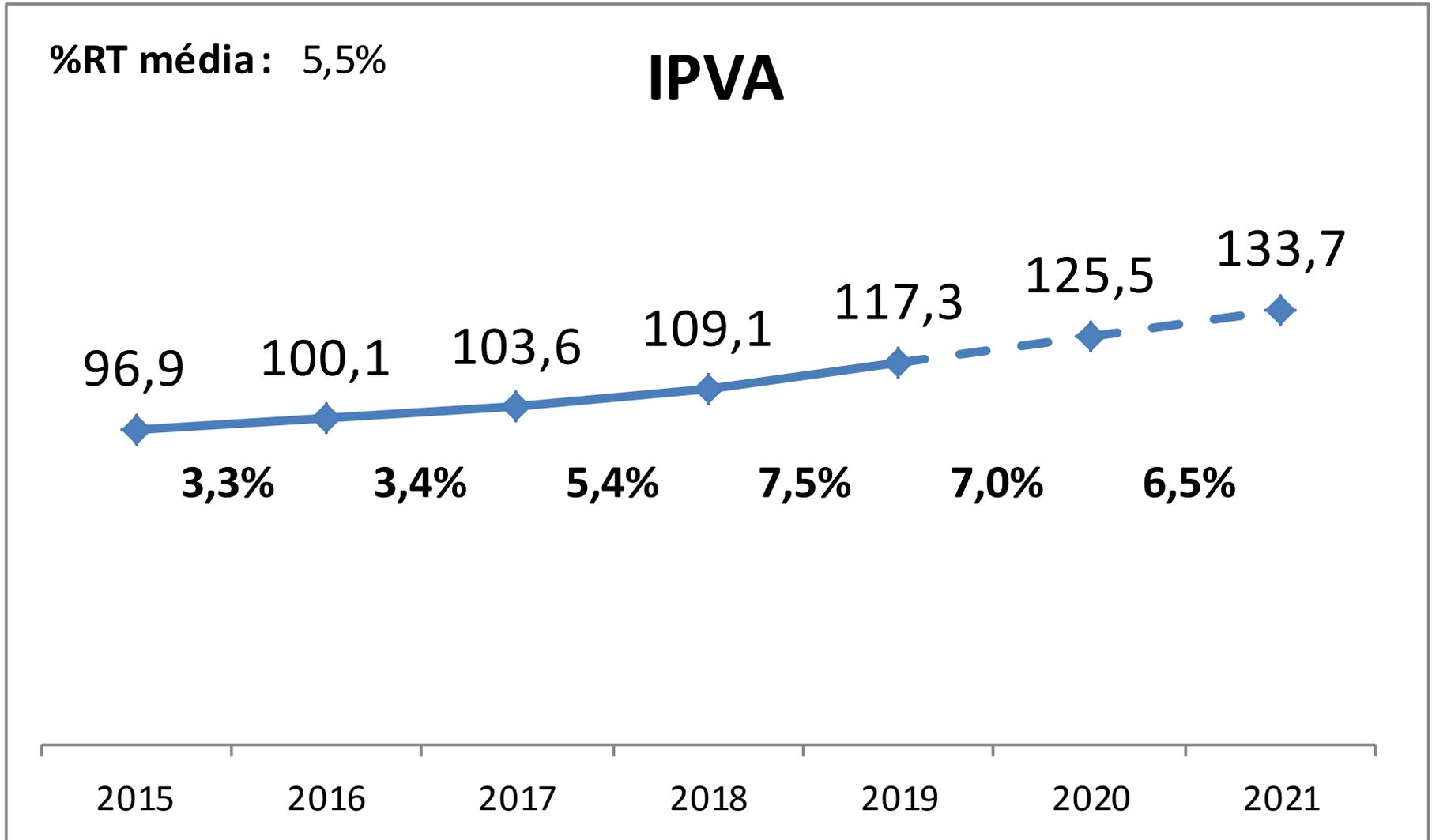
IRRF



2020: Orçamento Ajustado

2021: LDO

Receitas – Evolução da Arrecadação



Valor Bruto – sem dedução do FUNDEB

2020: Orçado Ajustado

2021: LDO

Metas Fiscais

Despesas



Despesas

Categoria Econômica

Em milhões R\$

Descrição	Valor	%
Correntes	2.321,64	96,03%
Capital	75,92	3,14%
Reserva de Contingência	20,00	0,83%
Total	2.417,56	100,00%
Intraorçamentárias		210,90

Despesas

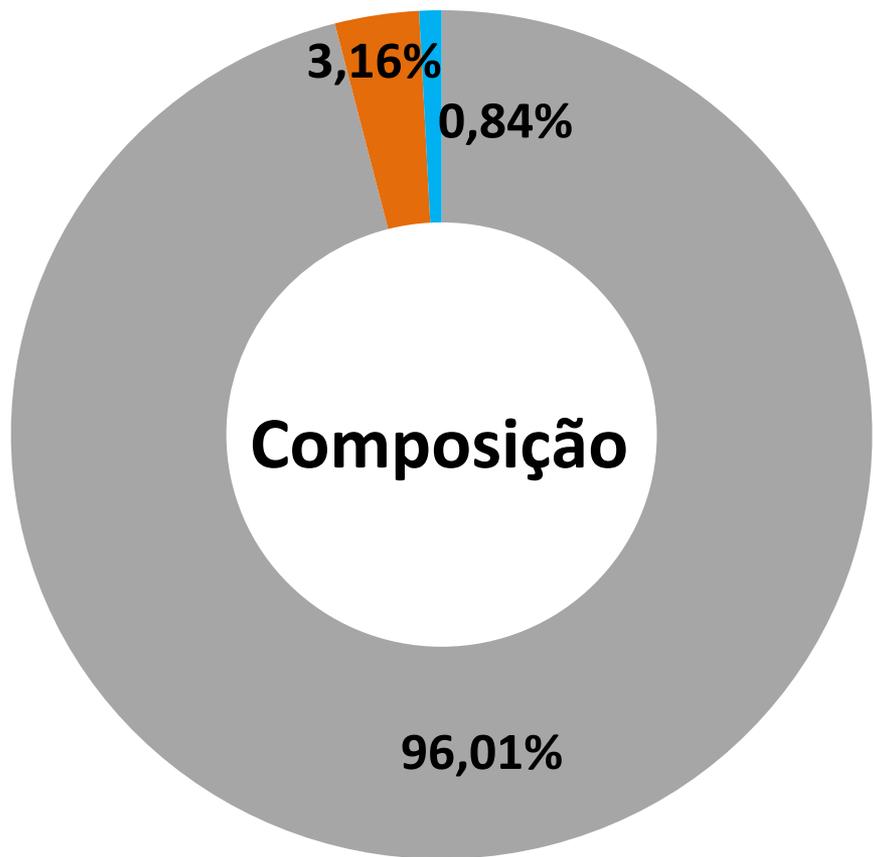
Categoria Econômica/Fonte

Em milhões R\$

Descrição	Valor	%
Correntes	2.299,09	100,00%
<i>Pessoal e Encargos</i>	1.197,59	52,09%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	36,00	1,57%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.065,50	46,34%
Capital	75,56	100,00%
<i>Investimentos</i>	20,70	27,40%
<i>Amortização da Dívida</i>	54,86	72,60%

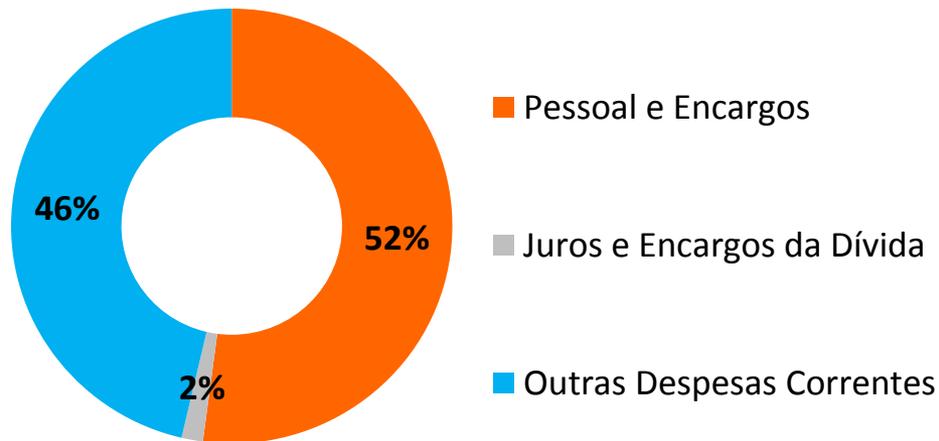
Despesa – Resumo Gráfico

Receita

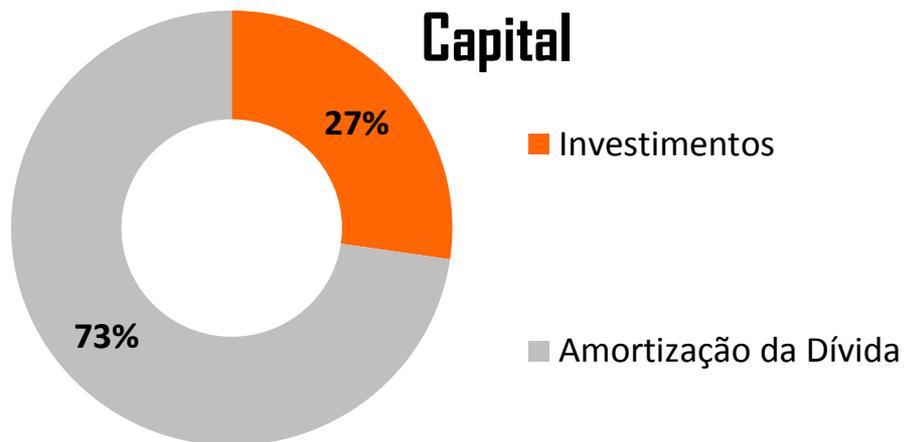


■ Correntes ■ Capital ■ Reserva de Contingência

Corrente

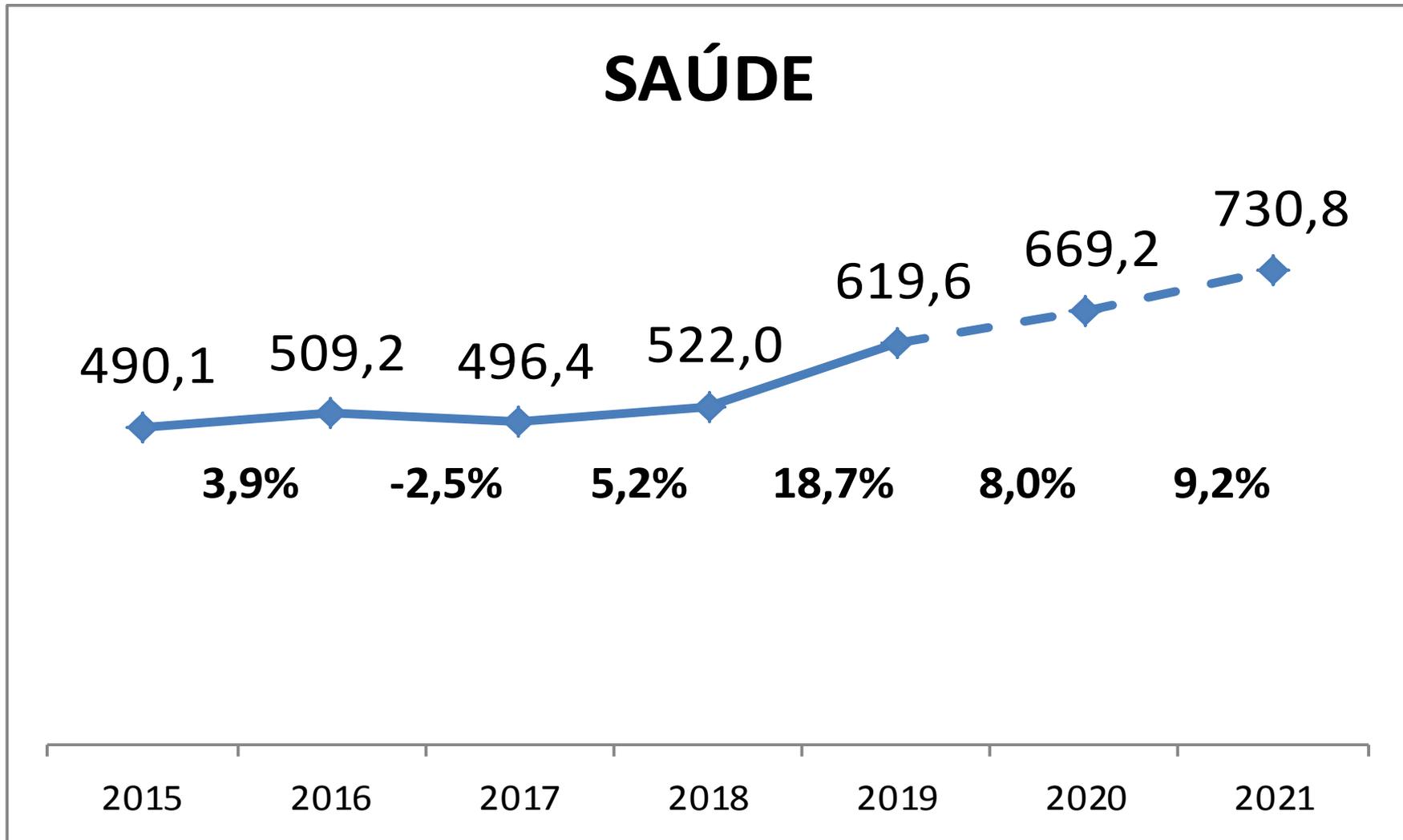


Capital



Despesas – Evolução da Função de Governo

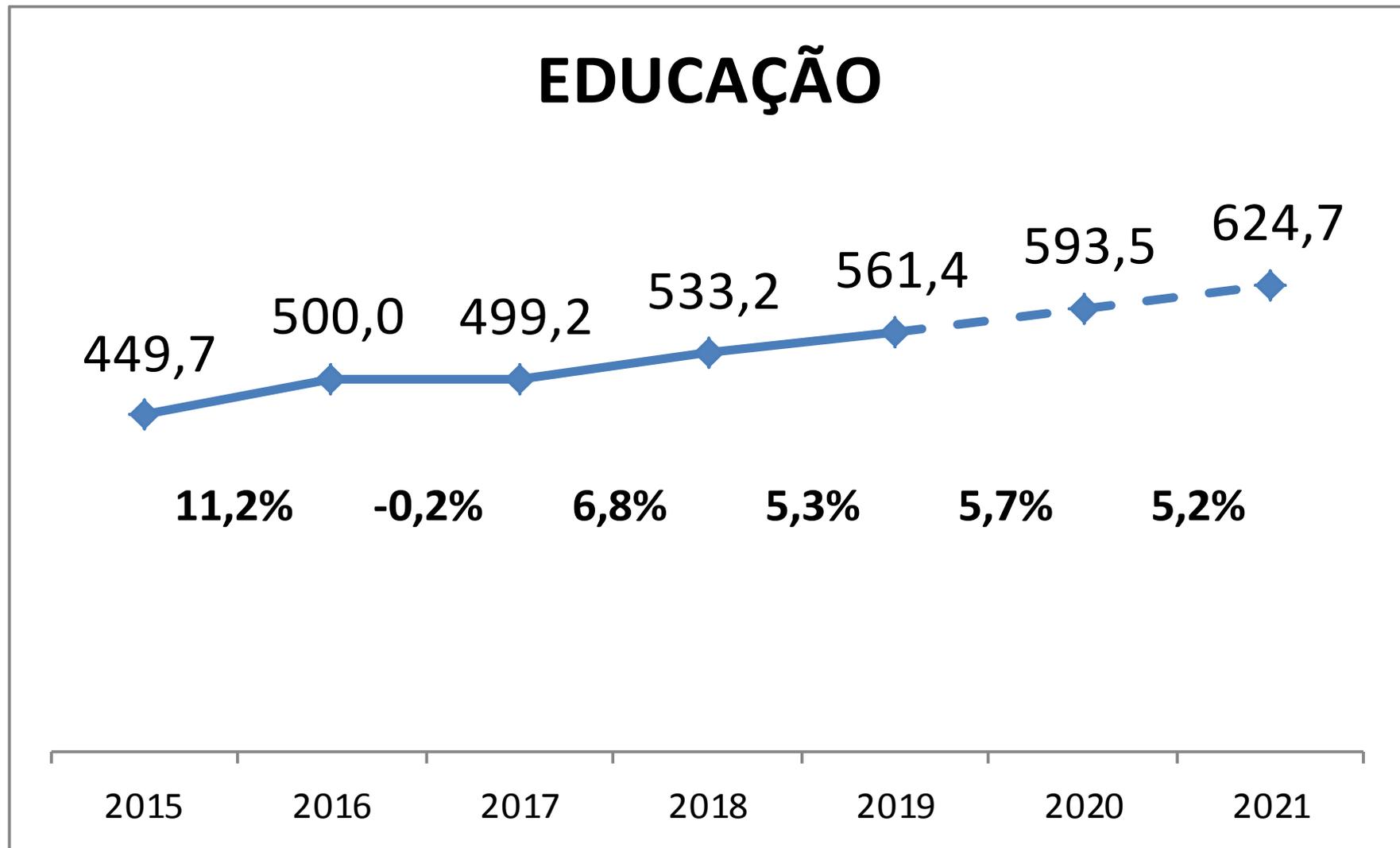
SAÚDE



2015-2019: Empenhado - Fonte:TCESP

2020: Orçado 2021: LDO

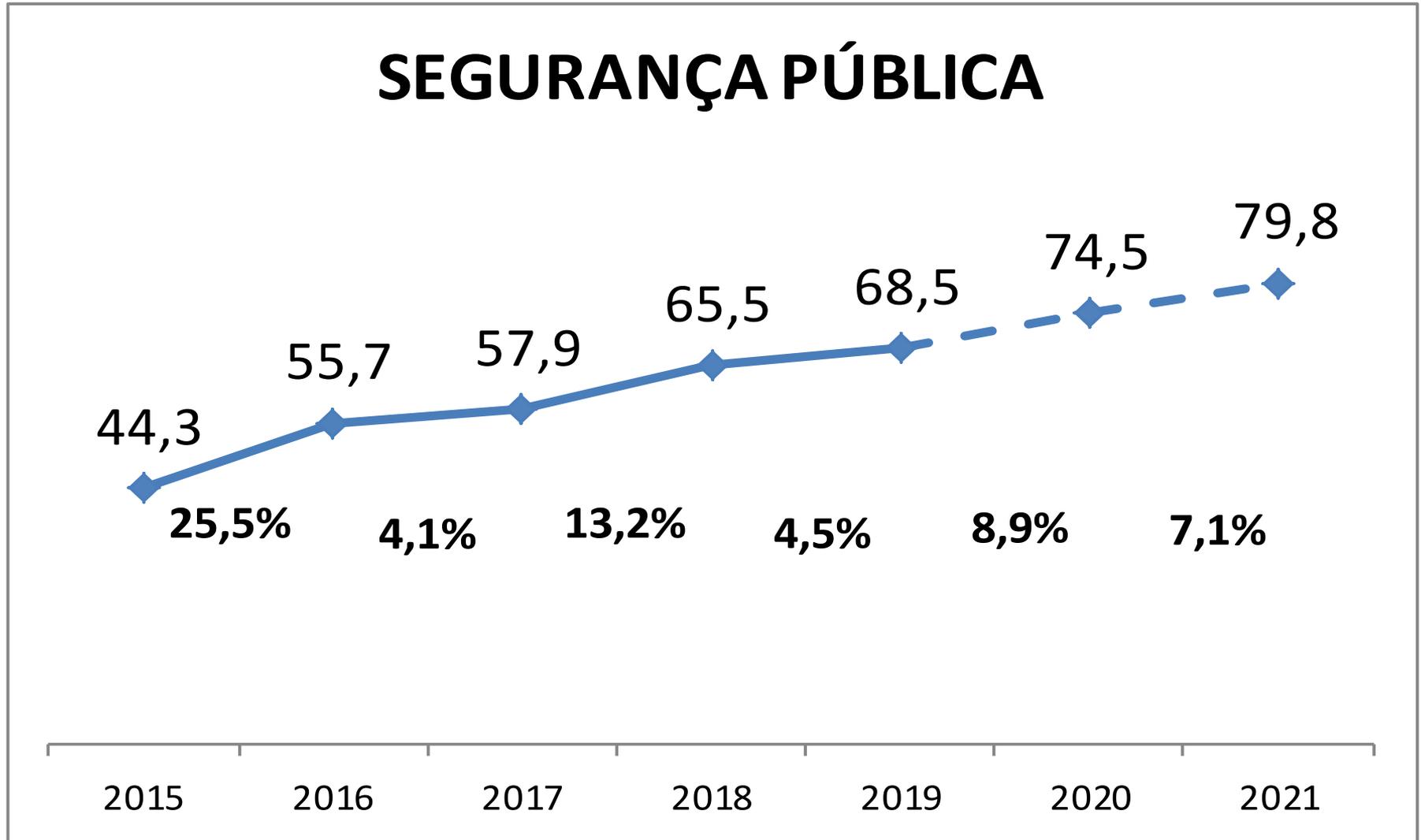
Despesas – Evolução da Função de Governo



2015-2019: Empenhado - Fonte:TCESP

2020: Orçado 2021: LDO

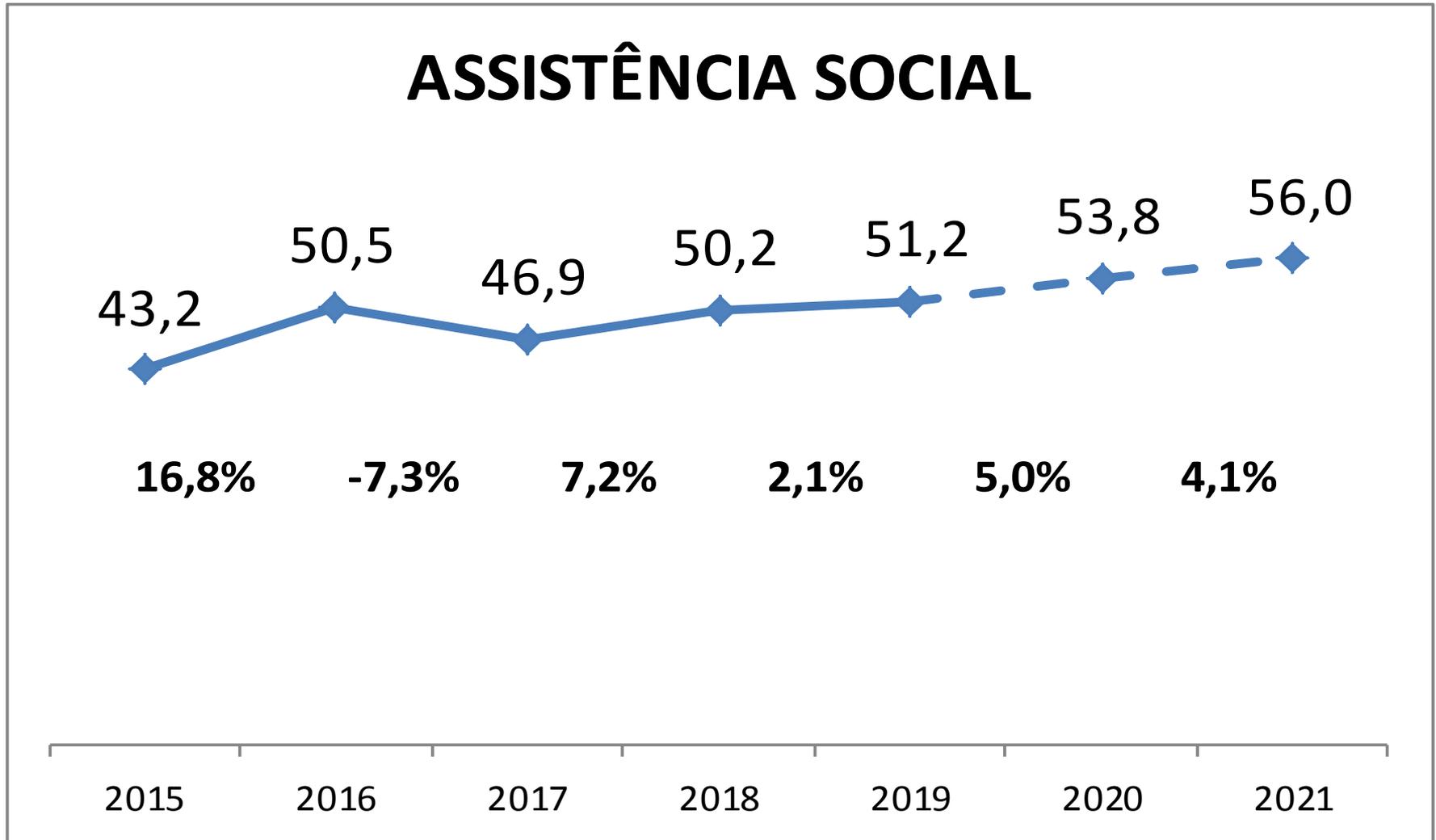
Despesas – Evolução da Função de Governo



2015-2019: Empenhado - Fonte:TCESP

2020: Orçado 2021: LDO

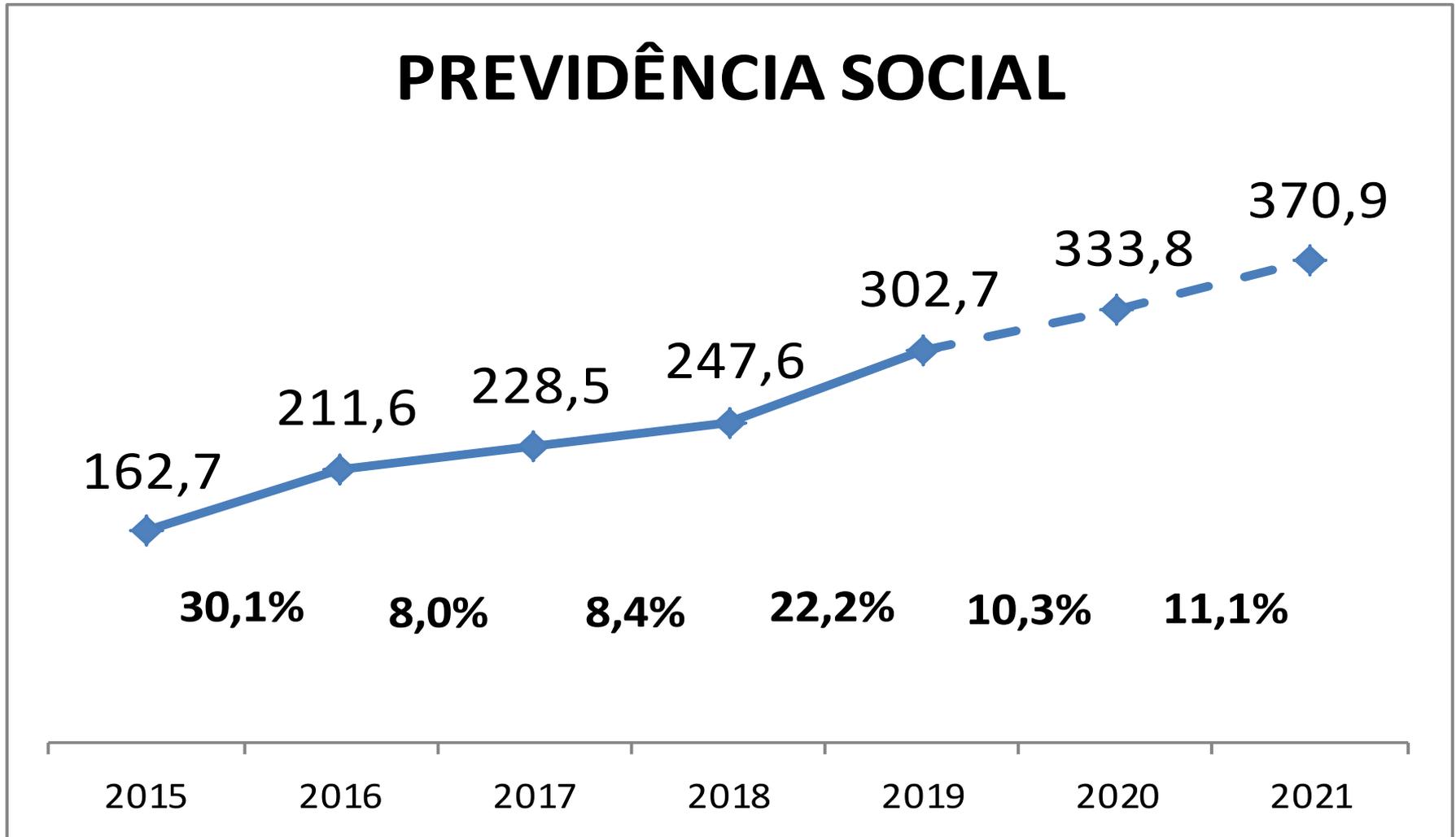
Despesas – Evolução da Função de Governo



2015-2019: Empenhado - Fonte:TCESP

2020: Orçado 2021: LDO

Despesas – Evolução da Função de Governo



2015-2019: Empenhado - Fonte:TCESP

2020: Orçado 2021: LDO

Metas Fiscais

Indicadores Fiscais



Indicadores Fiscais – Receita Corrente Líquida - RCL

Histórico de Resultado e Projeção da LDO de Resultado

Em milhões R\$

2018

2019

2020*

2021

2022

2023

1.899,83

1.960,98

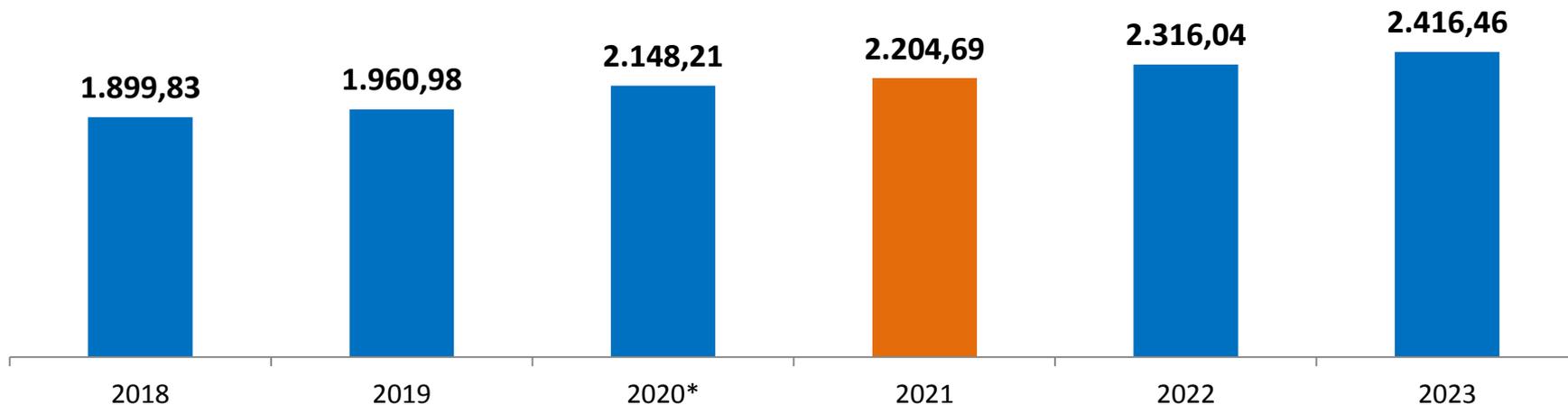
2.148,21

2.204,69

2.316,04

2.416,46

* Valor Previsto LOA



CAPÍTULO IV

Das diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações e disposições relativas à dívida pública municipal

(Artigos 10 até 24 do PL)

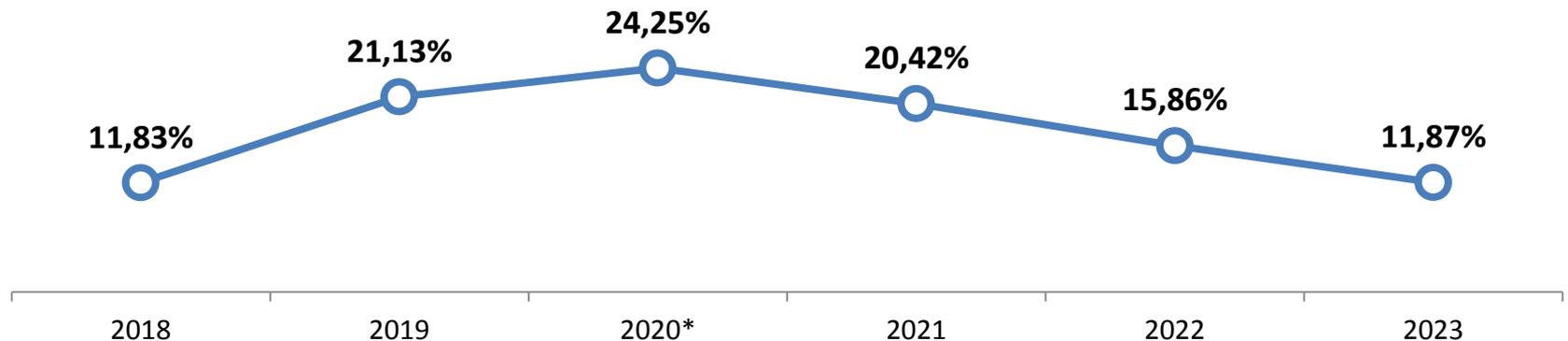
Indicadores Fiscais – Dívida

Histórico de Resultado e Projeção da LDO de Resultado

Em milhões R\$

	2018	2019	2020*	2021	2022	2023
Dívida Consolidada	224,72	414,29	521,01	450,16	367,29	286,88
% RCL	11,83%	21,13%	24,25%	20,42%	15,86%	11,87%

*Valor Previsto LOA (Orçado).



Indicadores Fiscais – Dívida

Composição	Realizada						Projetada		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021
Dívida Contratual	228,56	239,47	30,12	53,74	33,00	97,98	165,36	205,66	206,39
Dívida Contratual - Iprejun	79,14	84,41	86,75	84,23	82,61	80,09	78,47	75,94	74,32
Dívida Previdenciária	36,93	60,66	58,68	86,75	211,51	201,86	183,83	152,89	127,91
Total	344,63	384,54	175,56	224,72	327,12	379,93	427,66	434,49	408,63

Indicadores Fiscais – Pessoal

CAPÍTULO V

**Das Disposições Relativas às Despesas do Município com
Pessoal e Encargos Sociais**

(Artigos do 25 até 31 do PL)

Indicadores Fiscais – Pessoal

Limites Legais (Art. 18 – 20 da LRF)

Limite Prudencial



Limite Executivo



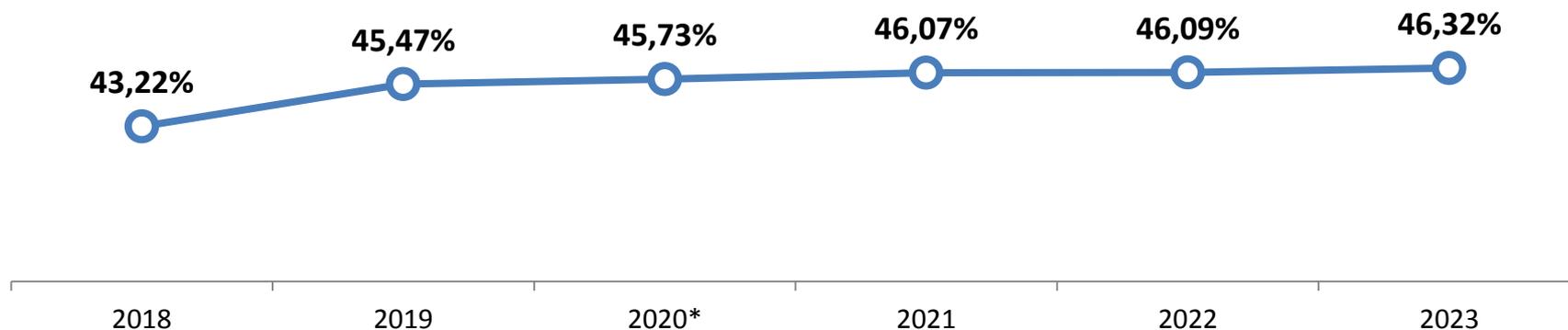
Indicadores Fiscais – Pessoal

Histórico de Resultado e Projeção da LDO de Resultado

Em milhões R\$

	2018	2019	2020*	2021	2022	2023
Gastos com Pessoal	821,13	891,64	982,42	1.015,75	1.067,46	1.119,41
% RCL	43,22%	45,47%	45,73%	46,07%	46,09%	46,32%

*Valor Previsto LOA (Orçado).



Indicadores Fiscais – Resultado Primário e Nominal

CAPÍTULO I E CAPÍTULO VII

Das disposições preliminares e gerais

(Artigos 02º e 37 do PL)

Indicadores Fiscais – Resultado Primário

Resultado obtido a partir da diferença entre receitas e despesas fiscais de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

- Superávits primários, demonstram a capacidade de pagamento de serviços da dívida.
- Défits primários podem ser gerados por Operações de Crédito, pois estas não compõe a Receita Primária, já seus respectivos Investimentos, compõe a Despesa Primária.

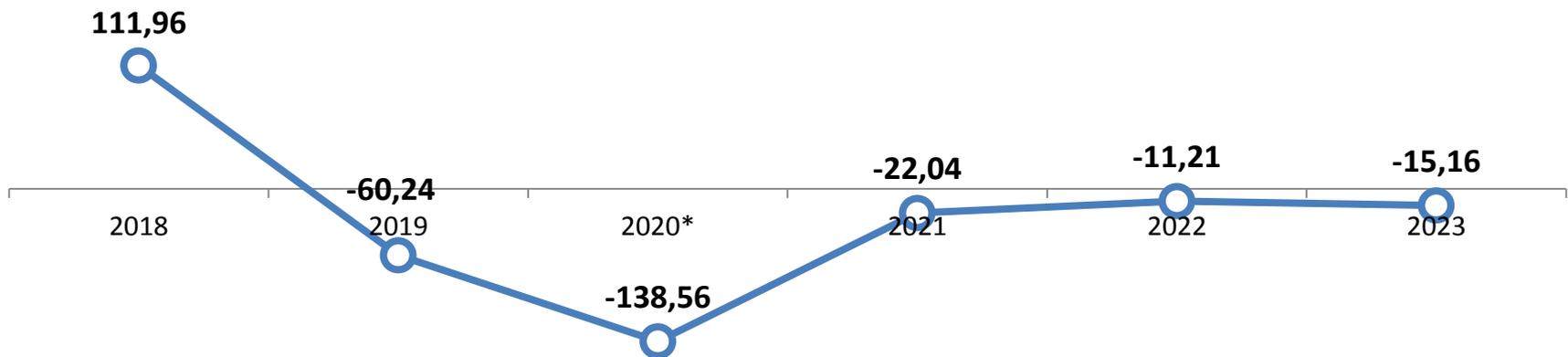
Indicadores Fiscais – Resultado Primário

Histórico de Resultado e Projeção da LDO de Resultado

Em milhões R\$

2018	2019	2020*	2021	2022	2023
111,96	-60,24	-138,56	-22,04	-11,21	-15,16

*Valor Previsto LOA (Orçado).



Indicadores Fiscais – Resultado Nominal

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

O Resultado Nominal Negativo demonstra que houve redução no endividamento do Município, já o Resultado Nominal positivo demonstra o aumento do endividamento.

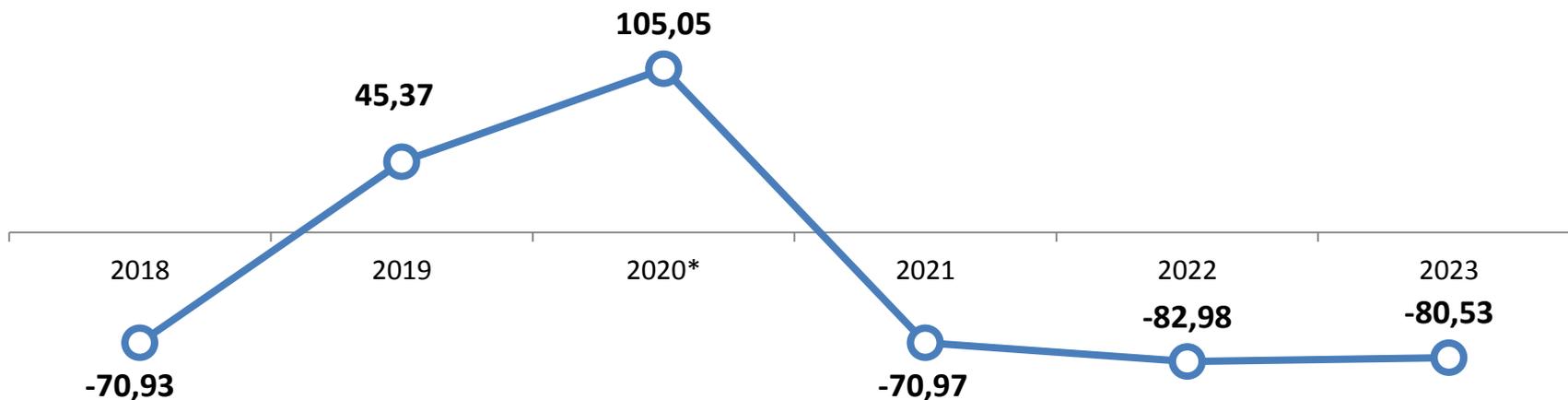
Indicadores Fiscais – Resultado Nominal

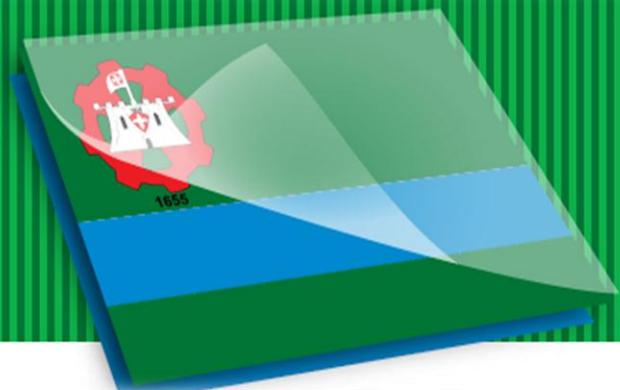
Histórico de Resultado e Projeção da LDO de Resultado

Em milhões R\$

2018	2019	2020*	2021	2022	2023
-70,93	45,37	105,05	-70,97	-82,98	-80,53

*Valor Previsto LOA (Orçado).





Portal da Transparência

<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br>



<https://jundiai.sp.gov.br/guia-financas>



Glossários de Termos

Conceitos gerais



Orçamento Público

É utilizado para organizar o dinheiro que o governo arrecada e definir como será gasto.

Origem dos Recursos

Os recursos vêm dos tributos que são os impostos, taxas e contribuições incluídos nos produtos e serviços que consumimos.

Elaboração

No município o orçamento é feito pelas Secretarias e Órgãos e organizado pela SMF que reúnem todas as informações na proposta orçamentária. Existe um conjunto de leis e instruções que orientam esta elaboração.

Receita Pública

É o conjunto de recursos que entram nos cofres do governo.

Receita Corrente

É todo recurso que o Município arrecada regularmente para gastar com suas atividades básicas. Geralmente vem da arrecadação de impostos pagos pelos cidadãos.

Receita Corrente Líquida - LRF

É o somatório dos componentes da receita corrente deduzidos alguns itens previstos em dispositivos legais, como, por exemplo, contribuições previdenciárias e receitas intra-orçamentárias.

Receita de Capital

São recursos adquiridos por meio da venda de bens e direitos, de doações e convênios com outras entidades e de empréstimos recebidos.

Receita para Cálculo dos Recurso da Saúde/Educação

Base calculada a partir de receitas vindas dos impostos próprios e transferidos da União e do Estado.

Índice da Despesa com Pessoal

Montante dos recursos destinados ao pagamento das despesas com pessoal e encargos dividido pelo valor da RCL apurada no período. Lembrando que os valores destinados à manutenção do regime de previdência próprio são dedutíveis do montante ao apurar este indicador.

Índice da Despesa com a Dívida

É o somatório das dívidas contraídas pelo Ente, neste caso o Município, dividido pelo valor da RCL apurada no período. Os municípios brasileiros podem se endividar até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da sua Receita Corrente Líquida.